

Redes de Educação Integral: experiência de articulação em prol de um Território
Educativo

CIEDS

Fernanda Colmenero Melo de Moura
Coordenadora de Projetos – CIEDS
Fcolmenero.rj@cieds.org.br

INTRODUÇÃO

É possível encontrar diversos significados para a concepção de educação integral, cada uma embasada por orientações ideológicas diferentes. O conceito de tempo de aprender (CAVALIERE, 2006), fundamentado na compreensão dos processos de criação, acumulação e distribuição de riquezas materiais e simbólicas nas sociedades é relevante para decifrar a forma pela qual a categoria tempo está relacionada à duração destinada ao processo de aprendizagem. Isto é, posta tanto ao serviço de incremento quanto ao de enfraquecimento das desigualdades sociais. Segundo Cavaliere (2006), se vamos imaginar um tipo de vivência na esfera pública relativa ao acesso e usufruto de bens simbólicos, que possa gerar processos formativos que rompam as inércias da estrutura social, o tempo em que o indivíduo está sob a ação da instituição tem que ser não apenas ampliado ou intensificado, mas qualitativamente transformado. Isa Guará (Guará, 2006) fala de educação integral enquanto aquela que se preocupa com a integralidade dos aspectos biológicos-corporais, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Um processo educativo que se pretende integral, trabalha estes aspectos de uma forma integrada, visando à formação e ao desenvolvimento pleno e não somente ao acúmulo de informações.

Como experiência piloto, o projeto Redes de Educação Integral iniciou suas ações há um ano e meio nos municípios de São Luís (MA) e Várzea Grande (MT). O principal propósito era estimular ações em rede entre organizações da sociedade civil (OSCs), fortalecendo suas ações de atendimento à criança e ao adolescente e aproximando-as das escolas para uma ação articulada de Educação Integral. Entretanto, para o rápido engajamento de diferentes atores da sociedade civil e poder público no projeto e para articulações locais que promoveram parcerias, ações conjuntas e sinergias de esforços e recursos.

Ao total, até dezembro de 2016, 162 organizações de base comunitária participaram das ações de formação, articulação e pesquisa desenvolvidas pelo projeto. Organizações que atendem mais de 47 mil crianças e adolescentes. Ao total mais de 1000 pessoas entre representantes de OSCs e Secretarias de Governo participaram de oficinas, encontros, reuniões técnicas e seminários promovidas pelo projeto, tanto para fortalecer as

capacidades de gestão e programática das organizações quanto para articular parcerias e ações em rede.

Dentre estes resultados destacam-se: (1) a Criação das Redes de Educação Integral com mecanismos de governança instituídos em ambos os municípios; (2) Mudanças Positivas em Práticas de Gestão, declaradas por grande parte das organizações participantes das ações do projeto; (3) Ampliação de Parcerias das Organizações Sociais com escolas, unidades de assistência social e empresas; e o (4) Fortalecimento da Ação Intersetorial articulando ações públicas entre secretarias de assistência e de educação e entre estas secretarias e as organizações sociais e as escolas.

Um diagnóstico de perfil das organizações de atendimento à criança e ao adolescente foi realizado nos dois municípios em 2015 com os objetivos de nortear o desenho e a dimensão das ações a serem desenvolvidas e ter uma linha de base para possíveis comparações de mudanças promovidas pelo projeto. A seguir apresentamos alguns destes dados além de outros de contexto levantados no decorrer do projeto.

Caracterização dos territórios

São Luís (MA) - Em 2016, 135 OSCs, que atendem cerca de 42 mil crianças e adolescentes, participaram das atividades do projeto Redes em São Luís. O projeto mapeou diferentes oportunidades educativas oferecidas por estas organizações em especial nos campos da arte e cultura, esporte e reforço escolar. A grande maioria oferece o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) através de convênio com a Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social (SEMCAS). Este serviço é realizado no contra turno escolar e funciona no formato de oficinas temáticas que visam o desenvolvimento de autonomia, cidadania e o fomento ao protagonismo juvenil.

Uma característica importante de São Luís é o grande número de organizações que, além da Secretaria da Assistência, possuem convênios com a Secretaria Municipal de Educação como Escolas Comunitárias para a oferta de educação infantil e ensino fundamental. Cerca de 27% das organizações mapeadas declararam oferecer ações nestas modalidades.

Várzea Grande (MT) – Em Várzea Grande, 27 organizações participaram das atividades do projeto em 2016. Neste município a Secretaria Municipal de Educação desenvolve o

programa de Escolas em Tempo Ampliado (ETA), atendendo cerca de 800 crianças. Além do projeto ETA, o SCFV também é realizado no território pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Da mesma forma que em São Luís, os dois programas, antes do Projeto Redes de Educação Integral, não possuíam interfaces apesar de ambos atuarem com o mesmo público, alunos e alunas da rede municipal de ensino, e possuírem sinergia de objetivos. O Programa Mais Educação também chegou a ser implementado no município mas foi interrompido pela ausência de repasse de recursos em 2016 por parte do Governo Federal.

No diagnóstico de Base ficou identificado que as organizações de Várzea Grande possuem uma grande capilaridade de atendimento no território atingindo um grande número de crianças com diferentes oportunidades educativas. Apesar do amplo atendimento às crianças e adolescentes, com diferentes linguagens, oportunidades educativas e ações de atendimento à família, o diagnóstico de linha de base identificou nas organizações sociais respondentes fragilidades no que tange a processos de gestão institucional, comunicação com públicos externos, diversificação de fontes de renda e sustentabilidade. Outro ponto importante é a falta de parcerias tanto entre as organizações e escolas do território quanto entre as próprias organizações.

O Programa Mais Educação em ambos os municípios e o ETA em Várzea Grande foram e são trabalhados, respectivamente, como estratégias de indução à educação integral, entretanto, com foco na ampliação do tempo da criança na escola e com poucas interfaces de relação com a comunidade. O total de crianças atendidas pelo Mais Educação teve ainda uma grande redução considerando a diminuição de recursos ocorrida em 2016. Já o ETA atende uma parcela pequena de crianças e adolescentes não chegando a 5% do total de matrículas da rede no Ensino Fundamental.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, existente em ambos os municípios e com crianças e adolescentes atendidos em todos os territórios, apesar de ter diretrizes alinhadas aos princípios da Educação Integral, nunca chegou a ser considerado pelas Secretarias de Educação como uma estratégia para potencializar o atendimento aos estudantes na perspectiva da educação integral. Pelo contrário, chegou a perder parte dos meninos e meninas atendidos para o Mais Educação pela falta de articulação e entendimento entre as pastas.

O projeto oportunizou que este caminho começasse a ser trilhado. Um papel importante do projeto foi o de promover espaços onde as diferentes políticas e atores sociais realizassem trocas e parcerias, em especial os encontros territoriais onde escolas passaram a conhecer os diferentes serviços que as unidades do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) oferecem, em especial o SCFV e as diferentes ações de atendimento às famílias.

OBJETIVOS

Objetivo geral do projeto Redes de Educação Integral:

Articular redes de ONGs que ofereçam ações socioeducativas na cidade, visando à qualificação e ao aumento do acesso a diferentes oportunidades educativas, especialmente para estudantes em situação de alta vulnerabilidade social, potencializando o capital social do território.

Objetivos específicos:

1. Contribuir para o desenvolvimento institucional e técnico de organizações que atuem com crianças e adolescentes, na perspectiva da educação integral;
2. Ampliar a articulação entre escolas, comunidades e organizações do território;
3. Contribuir para o empoderamento e sustentabilidade da rede
4. Fortalecer políticas de educação integral dos municípios.

Dentre os objetivos acima citados, este trabalho manterá seu foco nos objetivos específicos 2 e 3 e seus efeitos e resultados.

METODOLOGIA

Assessoria e acompanhamento do Grupo Gestor da Rede

Para realizar a articulação local e apoiar os grupos gestores, em cada município o CIEDS manteve uma equipe de mobilizadores locais. Além de organizar toda logística



necessária para realização das atividades, a equipe coordenou a mobilização de organizações, escolas e empresas para participação nas atividades além da articulação com secretarias e universidades.

O processo de articulação tinha como pressuposto ser desenvolvido com a participação e envolvimento dos grupos gestores. Dessa forma cada colegiado teria mais visibilidade e reconhecimento. Além disso, era importante criar laços de relacionamento entre grupo gestor e atores estratégicos para sustentabilidade das redes tais como universidades, empresas e secretarias de governo.

Um resultado importante, neste sentido, foi o engajamento das universidades CEUMA, UFMA e UNIVAG inicialmente mobilizadas pela equipe local, mas que agora possuem relações de proximidade e parceria com os grupos gestores e organizações da Rede. Da mesma forma, as Secretarias de Assistência Social e de Educação de ambos os municípios já identificam os Grupos Gestores como atores do cenário da educação integral nos territórios.



Outro resultado, fruto desse processo de empoderamento, foram as logomarcas concebidas pelos grupos gestores para cada Rede. A arte que vinha sendo utilizada pelo CIEDS e Fundação Itaú Social dá espaço a uma arte representativa do território, considerando os elementos definidos por cada grupo gestor.

Encontros Ampliados da Rede de Educação Integral

Os Encontros Ampliados ocorrem trimestralmente em cada município e reúnem as organizações para reflexão de temas que foram escolhidos pelas próprias organizações na primeira reunião do ano. Ao total foram 06 encontros realizados em cada município neste período de 18 meses. Cerca de 255 instituições entre organizações de atendimento, representantes de escolas, de secretarias de educação e assistência social e de unidades do CRAS participaram dos encontros.

Temas trabalhados nos Encontros Ampliados das Redes:

- Marco Regulatório da Sociedade Civil
- Protagonismo Juvenil
- Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- Parcerias
- Investimento Social Privado
- Planejamento de Temas Estratégicos da Rede
- Ação em Rede

A realização dos encontros é outro resultado relacionado ao empoderamento dos grupos gestores. Todos os encontros tiveram as pautas definidas e foram coordenados pelos membros dos grupos. A própria mobilização dos participantes foi realizada pelos coletivos que realizavam os contatos em seus territórios.

Até o momento os encontros foram, em sua maioria, espaços de conhecer oportunidades e estabelecer novas parcerias. Apesar disso, a normatização do marco regulatório para estabelecimento de parcerias entre Organizações Sociais e a Prefeitura de Várzea Grande é considerado pelos próprios representantes da gestão municipal como fruto da Rede de Educação Integral. Foi a partir da discussão realizada em um dos encontros ampliados da Rede que a Secretaria Municipal de Assistência Social identificou diretrizes para estabelecimento do Marco culminando com sua publicação em diário oficial. Este resultado será apresentado com mais detalhes no próximo bloco.

Constituição dos Grupos Intersetoriais



“(...) eu tinha duas instituições públicas - SEMED e SEMCAS - distantes demais. A SEMCAS precisando de um dado de um aluno pra um atendimento e a SEMED ali do lado sem disponibilizar esse dado, então essas duas instituições públicas que estão dentro da mesma rede nem dialogavam. De alguma forma eu não sei se teve resolução, mas foi pra mim uma grande porta. Então, ouvir o que a comunidade

precisa e eu ser uma representante dessa instituição pública é uma forma, eu sou uma porta voz dessa informação” Patrícia Caldas, técnica de referência do Programa Mais Educação em São Luís (MA).

Os grupos intersetoriais foram criados com o objetivo de fomentar ações articuladas e integradas de políticas nos territórios para fortalecer a educação integral. A necessidade foi constatada durante os primeiros meses do projeto quando se identificou a falta de interlocução e sinergia entre políticas, em especial entre o programa Mais Educação, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Em ambos os municípios, as atividades dos dois programas, apesar de terem estratégias e objetivos próximos, ocorrerem nos mesmos territórios e com os mesmos públicos não possuíam diálogo e interface. Pelo contrário, muitas vezes disputavam o mesmo beneficiário que era obrigado a deixar de participar de um programa para participar de outro.

No final de 2015 os primeiros passos para criação dos grupos foram dados com encontros articulando as duas secretarias. No início de 2016, os grupos foram formalmente instituídos em ambos os municípios tendo duas atividades como motivadoras: O I Seminário de Educação Integral e os Encontros Territoriais. Para organização de ambos os eventos, era necessário a participação de diferentes secretarias além do Grupo Gestor da Rede. Graças a esta articulação, tanto no Seminário quanto nos Encontros Territoriais foi possível garantir a presença das organizações sociais, das escolas e das unidades dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) que atuam nos territórios.

“Os encontros intersetoriais foram importantes para isto acontecer, conhecer novas parcerias, outras instituições. Eu mesma não conhecia as ONGS. É através destes encontros da rede que estou conhecendo mais. Não só eu como o grupo inteiro. Ajuda a fortalecer a família, o meio da convivência, os adolescentes, as crianças. Estar nesse foco, nesse meio, incluindo a escolas, tudo uma região só, um encontro só que abrange todas estas instituições é muito legal demais”,

Lucilene Amaral, Orientadora Social do projeto Juventude Ativa do CRAS Cristo Rei, em Várzea Grande (MT).

Partindo do princípio que o propósito da Educação Integral é o desenvolvimento integral da criança e do adolescente e que para ser integral, apenas o desenvolvimento cognitivo não é suficiente, era fundamental trazer para as atividades da Rede todos que contribuem com a promoção deste desenvolvimento. Neste sentido, um resultado importante foi criar o entendimento comum e intersetorial de que educação integral não é a mesma coisa que educação de tempo integral e que o conceito e sua aplicabilidade não se limita à política de educação. O fortalecimento desta concepção produziu como efeito novas posturas de ambas as secretarias seja na relação entre elas seja na relação com as organizações da sociedade civil.

Tanto em Várzea Grande quanto em São Luis, a composição do grupo foi a mesma: Representantes do Grupo Gestor, da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Assistência Social. Sendo que, em Várzea Grande, a Secretaria de Educação é a mesma que engloba as ações públicas de Esporte e Lazer e de Cultura.

Cabe destacar que no segundo semestre de 2016, em Várzea Grande, a coordenação da rede entendeu que não cabia mais a articulação de dois grupos distintos – a própria coordenação da rede e o grupo intersetorial. Diferente de São Luis onde o Grupo Gestor é formado somente por organizações da sociedade civil, em Várzea Grande, o Grupo Gestor possui representantes das Secretarias de Assistência Social e de Educação.

Apesar de algumas aproximações e reuniões terem ocorrido com representantes da Secretaria de Saúde apenas foi possível garantir a participação de representantes do Programa Saúde da Família em alguns encontros territoriais. A integração da Secretaria no Grupo Intersectorial ainda não ocorreu em nenhum dos dois municípios.

Seminário sobre Educação Integral com Gestores da Rede de Ensino



Cerca de 720 pessoas entre profissionais da educação, técnicos da assistência social, representantes de empresas e

Organizações Sociais participaram dos Seminários de Educação Integral realizados em ambos os municípios. O objetivo era fortalecer a concepção de que educação integral vai para além dos muros da escola e que diferentes atores no território podem e devem contribuir dentro de uma proposta de educação integral.

Se enxergar enquanto um ator social integrante e responsável pela educação integral de crianças e adolescentes parecia algo distante do que as organizações sociais e serviços públicos fora do campo político da educação entendiam como seu fazer. A partir da fala de pessoas inspiradoras, participantes declararam que hoje se veem como protagonistas no processo de garantia de desenvolvimento pleno da criança, a partir das ações que desenvolvem dentro dos seus territórios. Esse processo de desmistificação do conceito de educação integral contribuiu para o fortalecimento das organizações e principalmente, contribuiu para que o poder público legitime enquanto relevante o trabalho realizado.

RESULTADOS

Objetivo 2 - Ampliar a articulação entre escolas, comunidades e organizações do território e Objetivo 3 - Contribuir para o empoderamento e sustentabilidade da rede.

Pacto Pela Educação Integral - Como um resultado da articulação entre secretarias municipais e outros atores sociais do território, destaca-se a assinatura do Pacto pela Educação Integral. Tal Pacto tem como objetivo ser um documento onde parceiros locais, poder público e organizações sociais assumem o compromisso de manter a pauta da educação integral na agenda do município, pensando articulações e contribuindo para a construção de um território educativo.

A Regulamentação do Marco Regulatório do Terceiro Setor em Várzea Grande - Outro resultado significativo foi a mobilização de membros da coordenação da Rede em Várzea Grande que culminou no lançamento do Decreto nº 70 de 18 de novembro de 2016, que regulamenta as parcerias entre o município da Várzea Grande – MT e as Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório do Terceiro Setor).

A mobilização ocorreu após o 2º Encontro Ampliado Da Rede de Educação de 2016 que organizou um debate sobre o Marco Regulatório das Organizações Sociais. Motivados e subsidiados pela discussão, os membros da coordenação iniciaram um processo de diálogo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal de Assistência Social que culminou na instituição do decreto que já foi apresentado para as organizações da Rede no 3º encontro Ampliado de 2016. Com esta iniciativa Várzea Grande foi o primeiro município do Estado de Mato Grosso a regulamentar através de decreto próprio as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Principais efeitos identificados:

- 100% das organizações entrevistadas declararam que, por conta das ações do projeto, conseguiram estabelecer novas parcerias;
- Depoimentos de representantes das Secretarias de Educação atestam que Escolas municipais, por conta do projeto, conheceram serviços dos Centros de Referência de Assistência Social que desconheciam e iniciaram ações articuladas nos territórios;
- 48 oportunidades educativas mapeadas nos territórios de Várzea Grande (MT) e disponibilizadas para organizações, escolas, conselhos e secretarias municipais de educação e assistência social e 359 oportunidades organizadas para lançamento do Guia de São Luís (MA) em 2017;
- 479 representantes de organizações locais, escolas públicas e profissionais dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) mobilizados em 14 encontros territoriais realizados em Várzea Grande (MT) e São Luís (MA);
- 85 novas parcerias foram declaradas nas entrevistas como fruto da participação em diferentes espaços promovidos pelo projeto. Entre os principais produtos destas parcerias estão: cessão de espaço para realização de atividades, captação de recursos através de editais, doação de alimentos e materiais de escritório, encaminhamento para serviços de proteção básica da assistência social, organização de atividades entre escolas e organizações e empréstimo de materiais e equipamentos.

Encontros Territoriais

Foram realizados 14 encontros territoriais em Várzea Grande (MT) e São Luís (MA) mobilizando cerca de 479 participantes entre representantes de escolas públicas municipais, organizações sociais, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS),

Unidades de Saúde, Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social entre outros. Nestes encontros, os diferentes atores apresentaram suas ações no território e costuraram alianças e parcerias para ações conjuntas.

“Nos deu essa possibilidade. Porque quando tu conhece a atuação do espaço que é teu vizinho você consegue perceber as possibilidades de articulação, que antes não existia. Porque cada um estava atuando ali no seu quadrado, então quando você dialoga, ouve o outro, você percebe que existem ações próximas que você realiza e percebe também possibilidades de se aproximar.” Patrícia



Caldas, técnica de referência do Programa Mais Educação em São Luís e membro do Grupo Intersetorial responsável pelos encontros territoriais.

Na maior parte dos encontros realizados, foi possível observar o início de parcerias entre setores e entidades que até então não possuíam um vínculo direto, apesar de muitas vezes prestarem atendimento ao mesmo público. A aproximação entre escolas municipais e os Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é um dos principais resultados destes encontros. Isso se dá pela oportunidade de, ao ouvir o outro, identificar nele sinergias e interesses comuns. Atores que se consideravam distantes e distintos e que passam a se reconhecer como ATIVOS EDUCATIVOS dos territórios.

Consideram-se ativos educativos do território todos que possam contribuir na perspectiva da educação integral, potencializando o trabalho intersetorial, o colaborativismo, a articulação e envolvimento em rede. A principal forma de alcançar este resultado é pela identificação e aproximação dos atores sociais que ali atuam.

Da mesma forma, parte das escolas passam a estabelecer um outro tipo de relação com as organizações sociais do entorno. Se até este momento a escola não tinha conhecimento de que a organização social realiza atividades complementares de contra turno com meninos e meninas do território, o Encontro Territorial propicia um momento de valorização e reconhecimento do trabalho realizado fora dos muros da escola.

Um fator estratégico que consolida o processo participativo dos Encontros Territoriais é a forma como são planejados. O Grupo Intersetorial criado em cada município pelo projeto com representantes da Coordenação da Rede de Educação Integral, e das Secretarias de Educação e Assistência assumiu todo o desenho dos encontros além de sua organização e coordenação. Dessa forma, os encontros conjugam diversos interesses e seu processo de planejamento fortaleceu a ideia de construção coletiva e de intersectorialidade de políticas.

Guia de Oportunidades Educativas

O Guia de Oportunidades Educativas nasce enquanto fruto do mapeamento dos territórios onde os Encontros Territoriais, apresentados acima, foram realizados. Ele tem como objetivo ser um subsídio não só para organizações sociais, mas para todos os atores que tenham interesse de atuar de forma mais articulada no seu território, criando sinergia, otimizando recursos e potencializando impactos.

O guia é um subsídio para potencializar estas parcerias. Neste Guia é possível identificar ONGs, postos de saúde, escolas municipais e estaduais, creches, conselhos tutelares, CRAS, CREAS e secretarias municipais e a partir daí facilitar o acesso a informações e pessoas que possam ser elos desta Rede.

O Guia foi lançado em Várzea Grande (MT) em 2016 no formato eletrônico. Uma versão impressa foi entregue para as Secretarias de Assistência Social, Educação e para o Grupo Gestor da Rede em Várzea Grande. O guia de São Luis está sendo finalizado e será lançado no primeiro semestre de 2017.

CONCLUSÃO

Apesar de ainda não se consistirem em impactos, os efeitos e aprendizagens organizados neste relatório já apontam para o enorme potencial que o Programa Redes de Educação Integral possui. Também são suficientes para validar as hipóteses iniciais que apostavam no investimento da ação em rede de organizações de base comunitária. São os fios das Redes que foram separados.

Com apenas 18 meses de ações nos territórios, além de resultados significativos no campo das parcerias e ações intersectoriais, o programa conseguiu interferir em culturas

e atitudes cristalizadas de isolamento institucional tanto de instituições públicas quanto de organizações da sociedade civil. Os nós das Redes foram costurados.¹¹¹

O passo que precisa agora ser dado é a construção de caminhos que potencializem as parcerias e as ações intersetoriais colocando-as na direção do impacto coletivo¹. Aproximar os atores foi estratégico para o primeiro momento. Entretanto, criar um sentido de ação para a mobilização de um coletivo, irá manter a Rede aquecida e irá catalisar impactos sociais importantes no campo do desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes. Significa dar norte para que as redes sejam jogadas.

Por outro lado, é importante considerar o contexto das organizações de base comunitária levantado em 2015 pela pesquisa de linha de base. Fragilidades de gestão, mobilização de recursos e programáticas são barreiras que colocam em risco a sustentabilidade das organizações e limitam suas possibilidades de ações em parceria. Desenhar as futuras estratégias do Programa Redes de Educação Integral implica em considerar esta realidade inovando com estratégias catalizadoras que simultaneamente impactem na qualidade e sustentabilidade das ações programáticas das organizações de base comunitária e as mantenham mobilizadas e estimuladas para a ação em rede. É o fortalecimento constante dos nós das redes.

Uma aprendizagem significativa neste campo é o investimento que precisa ser feito nas lideranças responsáveis pela gestão de escolas, unidades do CRAS e organizações sobre parcerias, relação com a comunidade e territorialidade. A ação articulada nos territórios entre estes diferentes atores tanto é um caminho para otimização de recursos quanto é uma oportunidade de atuar de forma coletiva promovendo um impacto na comunidade.

Paralelo a este processo de formação também é imprescindível a manutenção de espaços permanentes de diálogos que, para além da formação sejam espaços para as trocas, interações e exercício da empatia. Grande parte do reconhecimento e valorização do programa está na criação destes espaços. Considerando que o principal valor, apontado por vários atores locais, está na forma como os espaços foram instituídos. Sempre na parceria com os grupos Gestores das Redes e atores estratégicos dos territórios, incluindo Secretarias de Educação e de Assistência Social, conselhos, empresas e universidades locais. Este processo de fortalecimento e legitimação das parcerias locais

¹ Kania, J., & Kramer, M. (2011). Collective Impact. *Stanford Social Innovation Review*. Disponível em http://ssir.org/articles/entry/collective_impact

fez com que as atividades das Redes de Educação Integral aos poucos deixassem de ser retratadas como atividades “do projeto da Fundação Itaú Social e do CIEDS” para serem vistas como ações dos coletivos locais. Com certeza, este é um dos principais resultados deste processo: a apropriação de estratégias e a construção de autonomias para a ação em Rede.

Atuar em rede também significa celebrar em rede. Para além dos desafios enfrentados e que ainda persistem, muito já se tem para celebrar como podemos identificar neste relatório de efeitos e produtos. E é na roda da ciranda e nos nós das Redes que a celebração se torna a mesma e igual para todos e todas.

REFERÊNCIAS:

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É Imprescindível Educar Integralmente. Caderno CENPEC: Educação, Cultura e Ação Comunitária, nº 2, 2006.

CAVALIERE, Ana Maria. Em Busca do Tempo de Aprender. Caderno CENPEC: Educação, Cultura e Ação Comunitária, nº 2, 2006.

Kania, J, & Kramer, M. (2011). Collective Impact. Stanford Social Innovation Review. Disponível em http://ssir.org/articles/entry/collective_impact